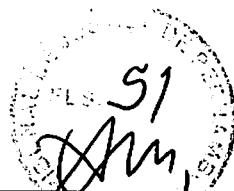




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

009

PROCESSO Nº 0004096-64.2010.8.17.0000(0210338-6)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSENILSON NOBERTO DA SILVA

PACIENTE: JOSENILSON NOBERTO DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: ITABIRA DE BRITO FILHO

EMENTA - HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O ART.312 DO CPP. INOCORRÊNCIA DE SITUAÇÃO JURÍDICA IDÊNTICA A DE CO-RÉU BENEFICIADO COM LIBERDADE PROVISÓRIA. DENENGAÇÃO DA ORDEM. UNANIMIDADE.

234

1. Demonstrados os requisitos do artigo 312 do CPP como fator justificador para a segregação cautelar do paciente, como se verifica no presente caso, diante da necessidade de garantia da ordem pública, harmonizada com o fato de ser este integrante de quadrilha ou bando de extermínio.
2. Paciente que apresenta situação jurídico-processual distinta do co-denunciado, resulta na denegação da ordem

19.

ACÓRDÃO

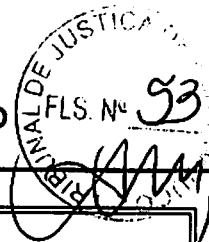
010

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 0004096-64.2010.8.17.0000(0210338-6) onde figura como paciente JOSENILSON NOBERTO DA SILVA, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em denegar a presente ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 01 de junho de 2010.

Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

011

PROCESSO Nº 0004096-64.2010.8.17.0000 (0210338-6)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSENILSON NOBERTO DA SILVA

PACIENTE: JOSENILSON NOBERTO DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADOR DE JUSTIÇA: ITABIRA DE BRITO FILHO

RELATÓRIO

JOSENILSON NOBERTO DA SILVA impetra o presente *habeas corpus* em seu favor, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Amaraji/PE referente ao processo criminal de nº 0000541-85.2009.8.17.0190.

Informa que foi denunciado como incurso no artigo 121, § 2º, incisos I e IV c/c o artigo 29 e artigo 288, todos do Código Penal.

Fundamenta o writ no fato de que os motivos que ensejaram o seu decreto prisional não condizem com os requisitos estipulados no artigo 312 do Código de Processo Penal.

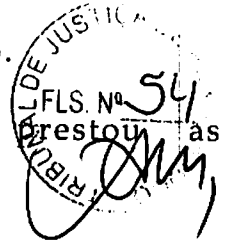
Colacionando recente julgado de decisão interlocutória proferida nos autos do Habeas Corpus de nº 208740-5, desta relatoria, que deferiu liminar para a soltura de outro acusado integrante do mesmo bando ou quadrilha do qual é componente, requer a extensão dos efeitos para que venha a ser posto em liberdade.

A exordial veio acompanhada dos documentos de fls.10/18.

Pedido de liminar indeferido consoante fl.25/26.

A autoridade apontada como coatora
informações nas fls.33/34.

012



A douta Procuradoria de Justiça se manifestou através do parecer de fl.38/39, opinando em seu parecer pela DENEGAÇÃO DA ORDEM face à inexistência de constrangimento ilegal a ser reparado.

Despacho de fls.42/43, determinando que o feito fosse redistribuído, por prevenção, a esta Relatoria.

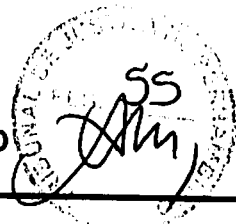
É O RELATÓRIO.

Recife, 01 de julho de 2010.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

013

PROCESSO Nº 0004096-64.2010.8.17.0000 (0210338-6)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: JOSENILSON NOBERTO DA SILVA

PACIENTE: JOSENILSON NOBERTO DA SILVA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ITABIRA DE BRITO FILHO

VOTO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Segundo o que consta dos autos, o paciente foi preso e autuado preventivamente na data de 23/02/2010 por infração ao artigo 121, §2º, incisos I e IV c/c o artigo 29 e artigo 288, todos do Código Penal.

O paciente alega a inexistência dos requisitos elencados no artigo 312 do Pergaminho Processual Penal, como também à extensão dos efeitos de *writ* anterior desta Relatoria (HC nº 208740-5) que deferiu liminarmente a soltura de outro codenunciado.

Tenho, porém, que não merece acolhida o pedido do impetrante.

Justifico.

O cerne do presente *writ* cinge-se em concatenar a inexistência dos fundamentos legais autorizadores da segregação cautelar com a extensão dos efeitos da decisão proferida nos autos do remédio heróico acima nominado que deferiu liminarmente a soltura em favor de codenunciado.

Pois bem.

A legitimação da prisão cautelar depende de exposição fundamentada da autoridade tida por coatora, apta a demonstrar que a segregação do paciente torna-se medida imprescindível nos termos do artigo 312 do *Pergaminho Processual Penal*.

Note-se que, embora não tenha o impetrante acostado o documento de prisão preventiva, as informações prestadas pelo Magistrado *a quo* (fls.33/34) demonstram que este procedeu com a estrita observância ao citado dispositivo legal ao asseverar que: *"se dera ameaças a testemunhas e parentes da vítima, de tal maneira que, segundo palavras da Promotoria de Justiça em exercício perante o Juízo de Direito da Comarca de Amaraji, não fossem os denunciados integrantes de um grupo detentor de poder econômico e político da região, a instrução criminal já teria ocorrido e o mérito do processo já enfrentado"*.

014

Convém ilustrar, por se fazer oportuno, que a decisão da autoridade tida por coatora alicerçada na necessidade da garantia da ordem pública se mostra acertada, principalmente se levarmos em conta a periculosidade demonstrada pelo paciente.

É bem verdade que, segundo entendimento majoritário do Colendo STJ, a gravidade abstrata do delito não é suficiente para amparar o decreto de prisão preventiva com vistas a resguardar a ordem pública. No entanto, no caso dos autos, as circunstâncias em que o crime foi cometido e a efetiva demonstração de que o paciente integra quadrilha e/ou grupo de extermínio, que ameaçam testemunhas e parentes da vítima, evidenciam, sem sombra de dúvidas, a periculosidade do autor e, nesta baliza, autoriza a segregação interina como forma de resguardar a paz no meio social. Neste sentido, mister transcrever recente jurisprudência do Superior tribunal de Justiça:

"(HC 124.539/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2009, Dje 03/08/2009).

O Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão no sentido de que, embora a gravidade do crime, por si só, não autorize a antecipação da custódia, as circunstâncias em que praticado podem evidenciar maior periculosidade do agente, de modo a recomendar seu encarceramento provisório, para a garantia da ordem pública".

Registre-se, ainda, que conquanto o paciente tenha procurado colocar-se em situação de igualdade processual com relação ao co-denunciado AMARO VIEIRA

DE MELO FILHO, beneficiado liminarmente pela revogação do decreto de prisão preventiva, verifica-se que o seu desígnio não deve lograr êxito.

Isto se deve ao fato de não se encontrar o paciente em situação idêntica ao referido co-réu, conforme se constata nos autos.

015

Saliente-se, inclusive, que pedido idêntico já havia sido feito e indeferido liminarmente a outro codenunciado, EDMILSON DA SILVA SANTANA, nos próprios autos do *Habeas Corpus* nº 0208740-5.

Pelo exposto, em conformidade com o parecer Ministerial, VOTO pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.

Recife, 01 de junho de 2010


Gustavo Augusto Lima

Relator